III. TRAJETóRIA DE CAPITALIZAÇÃO DA COOPERATIVA AGRíCOLA DE COTIA, POLíTICAS PÚBLICAS PARA O SETOR E AMBIÊNCIA MACROECONÔMICA.

1. Introdução

As tentativas de buscar as relações entre o ambiente macroeconômico e o desempenho dos setores produtivos, tem-se revelado de grande importância ao longo da década de 80. Abordagens como a de Rezende (1990), na qual apoiar-se-á a análise do desempenho da CAC nos anos 80, possuem razoável poder explicativo para o estranho comportamento da agricultura e *agrobussiness* face ao ciclo econômico presente.

Paralelamente, a problemática da trajetória de crescimento das empresas estabelece dois ambientes diferenciados para a expansão. Por um lado temos condições internas que são "permanentemente criadas no curso normal da expansão futura (capacidade empresarial, nível de risco,

expectativas) (Castro,1988:5)". Por outro condições externas, determinadas pelos mercados, conjunturas e expectativas.

Atualmente, a preocupação maior de uma empresa não é apenas se manter no mercado, mas também se expandir, o que conduz a se colocar em dúvida se a empresa procura maximinizar seus lucros ou maxininizar seu crescimento numa estrutura oligopolista de mercado (Guimarães,1987:11).

Este monografia buscará um caminho singular ao estabelecer, relações entre a trajetória de capitalização da C.A.C., as políticas públicas voltadas para o setor agropecuário e agroindustrial e o contexto macroeconômico.

A legitimidade da proposta sustenta-se na hipótese de que da trajetória da C.A.C. pode ser explicada através da determinação dos momentos privilegiados (nos quais ocorre "reorientações" da trajetória de expansão da empresa). Não é por acaso que estas reorientações ocorrem, pelo contrário, elas surgem em resposta as necessidades da empresa em adaptar-se à alterações: ,a) na política agrícola, b) nas tendências do desenvolvimento agroindustrial e, c) no ambiente macroeconômico. Cabe ressaltar que essas reorientações podem e devem também atender as exigências internas da própria empresa, mas este elemento será no momento isolado nessa análise.

Conhecer a história e os mecanismos que propiciaram a esta cooperativa o sucesso empresarial é igualmente

importante. O interesse é que este estudo de caso possa servir de referência ao conjunto das cooperativas de perfil semelhante ao da CAC.

Finalmente, o trabalho subdivide-se em três partes. A primeira agrupa os índices indicativos do desempenho da empresa nos anos 70. Na segunda parte, os índices apresentarão a década de 80. Nesta última aparece um elemento extra que é a integração com o mercado internacional.

2. Desempenho econômico da CAC e a conjuntura nos anos 70.

Tendo por base os balanços da cooperativa, o ativo permanente é composto pelo ativo imobilizado permanente e o investimento (ativo financeiro). De forma geral, as imobilizações técnicas e financeiras dão uma idéia bastante aproximada do crescimento real da C.A.C. (em termos de investimentos) para o período analisado. Estes investimentos podem destinar-se a um aumento da capacidade instalada e produtiva, ou ainda, a ampliação participação em outras empresas através do mercado financeiro.

Assim, o Gráfico 1 (ver página seguinte) mostra a evolução dos valores do ativo permanente em termos reais. Através do somatório do ativo imobilizado mais investimento alcançam-se os valores totais para cada ano contábil. Esta coluna mantem os valores nominais do ativo, e a partir deles foi efetuado o cálculo para a determinação da variação anual

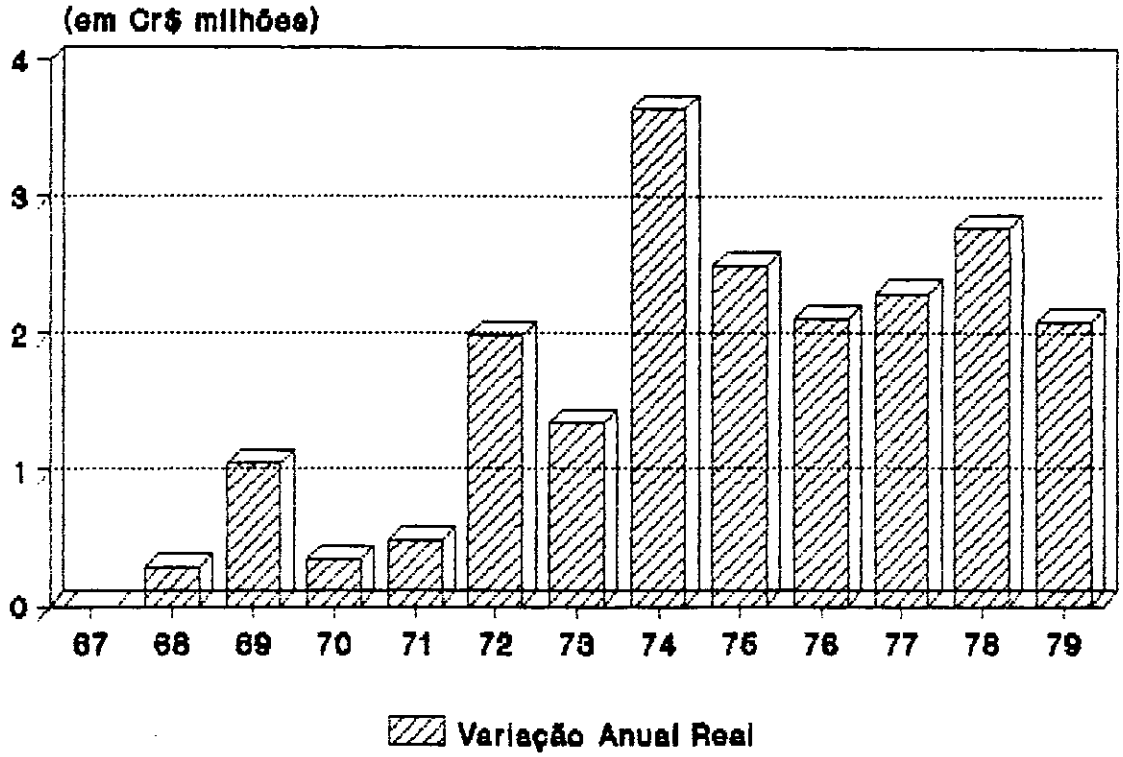

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO ANUAL DO ATIVO PERMANENTE, 1967-79.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da C.A.C. (ver Anexo 1)

no estoque de bens imóveis, para em seguida serem inflacionados, obtendo-se então os valores reais a níveis de dezembro de 1990[38]. Esta proposta metodológica não difere da de Delgado(1983) e Benetti(1980), que inflacionaram os valores do estoque de bens (isentos de correção monetária). Aqui, adotou-se esse procedimento, pelo fato de melhor

---

[38]. Os dados coletados preenchem os anos de 1967 à 1989, sendo inflacionados à níveis de dezembro de 1990 para dar maior "realidade" aos valores apresentados. Antecipando-se a uma possível pergunta, quero ressaltar que a tabela se inicia pelo ano de 1967 por duas razões fundamentais: a) é somente a partir deste ano que a cooperativa passa a contabilizar seus balanços em função do ano fiscal (anteriormente era feito seguindo o ano agrícola) e, b) com a inclusão destes anos a mais na década poder-se-à captar possíveis tendências na trajetória da empresa anteriores ao crescimento explosivo da economia brasileira.

mostrar o investimento bruto (sem o desconto das alienações de bens do imobilizado) feito no ano e, eliminar o grave problema que é a avaliação dos bens imóveis nos balanços pelo seu valor histórico. A correção monetária não está incluída no cálculo do ativo imobilizado. Os montantes correspondentes à depreciação deste ativo estão incluídos para todo o período.

Analisando atentamente as informações do respectivo quadro, podemos periodizar a evolução anual do ativo. O primeiro período compreende os anos de 1968-1971, quando se observa uma relativa estabilidade do ativo permanente e do investimento[39]. Trata-se de uma estabilidade relativa, da do que o ano de 1969 é absolutamente atípico no quadro das imobilizações anuais. O volume de investimentos efetuados no ano de 1969 atinge um patamar bastante próximo aos valores imobilizados nos demais anos do período - 1968/70/71. Consultando o histórico da empresa, não foi possível localizar qualquer imobilização mais expressiva que "enxugue" tal volume de recursos[40]. Em seguida, é possível demarcar um segundo subperíodo que engloba os anos de 1972-1973, onde o nível de imobilizações estabiliza-se na faixa dos 1,6 bilhão

---

[39]. No ano de 1970, o ativo de investimento (financeiro) dá um salto expressivo da ordem de 15,7 vezes. Tal evidência pode assinalar um redirecionamento da política de participação em outras entidades, que neste momento passa a compor a estratégia de crescimento da empresa. Todavia, apesar desta constatação, o subperíodo mantém uma tendência de relativa manutenção do patamar de imobilizações. Gostaria de destacar que o limite alcançado pelo ativo de investimento não ultrapassa os 5%, o que torna sua participação pouco relevante.

[40]. A inclusão dos anos de 1967/68/69 no quadro da análise da década de 70, se fez pela intenção de captar tendências.

de cruzeiros anuais.A partir de 1974 até 1979, as imobilizações anuais saltam para o patamar de 2,5 bilhões de cruzeiros. O melhor desempenho para este último período da década, que também é o mais elástico englobando seis anos, é o ano de 1974 onde o montante de imobilizações atingiu 3,6 bilhões de cruzeiros. Nestes seis anos, o ativo permanente cresce num total de 15,5 bilhões de cruzeiros aproximadamente.

Fazendo uma avaliação da trajetória das imobilizações do último período, nota-se um fato curioso: o nível de inversões anuais manteve-se praticamente estável, numa faixa de 64% superior aos níveis do subperíodo anterior. Sabe-se de antemão que a partir de 1974, passa a vigorar o II PNB, quando intensifica a demanda do setor rural por insumos modernos. É provável que este salto no patamar de imobilizações da CAC, neste último período, reflita a conjuntura expansiva do agro-brasileiro. "Por trás da tecnificação das atividades agropecuárias estaria o setor produtor de insumos, que em última instância determina o padrão tecnólogico adotado (Castro,1990:42)".

O II PNB continha, no bojo de suas propostas, um estímulo para que as empresas ampliassem a oferta de insumos e máquinas para o setor, visando intensificar o uso da terra. Cabe ainda ressaltar, que o choque do petróleo de 1974 encareceu significativamente uma série de produtos

industriais destinados à agricultura, sobretudo adubos e pesticidas, ao mesmo tempo que, paralelamente, se intensificava o consumo destes produtos. Assim, em resposta a este ambiente pouco favorável, se articula uma estratégia de substituição de exportações, na qual as empresas com parques produtivos já instalados no país foram estimuladas.

Feitas estas mediações, o salto de imobilizações da CAC após 74 sugere um seguimento ao contexto do setor. Para validar esta hipótese, basta analisar-se o desempenho do PIB agrícola no período (Tabela 1).

Tabela 1: Evolução Anual dos índices do Produto Real do Setor Agrícola - Brasil 74/79 (%).

Anos	Agricultura	Anos	Agricultura
1974	1,0	1977	12,1
1975	7,2	1978	-3,0
1976	2,4	1979	4,9

Fonte: FIBGE, Estatísticas Históricas.

Entre 1974-79 tivemos um crescimento anual real do produto agrícola da ordem de 4,1%, taxa histórica de crescimento. Os índices da CAC. oscilam muito no pós 74. Todavia, o salto expressivo no volume de imobilizações verificado em 1974 atesta, em parte, que o contexto era também de crescimento na empresa.

Para prosseguir a análise, é importante que estes índices de inversão sejam comparados com as principais fontes de financiamento a autocapitalização e o endividamento da cooperativa na década. Naturalmente, os fundos para

investimento de uma empresa qualquer provêm de recursos internos - fruto de suas atividades produtivas, comerciais, financeiras ou de prestação de serviços - e/ou de recursos externos, empréstimos que ela contrai junto a instituições públicas e/ou privadas no país ou no exterior.

No caso das cooperativas, seu patrimônio líquido é uma composição de diversos capitais. Uma parte deriva das contas de capital que inclui o capital social em termos de cotas partes mais elevação de capital e, uma outra, dos fundos, reservas e provisões estatutários ou não. Esta segunda parte do patrimônio líquido nada mais é do que a retenção das sobras geradas no exercício anterior (resultado operacional) e não distribuída aos associados. A reserva legal é um depósito estatutário, que em geral consome 10% do resultado operacional do exercício do ano anterior, e destina-se a formação de um caixa para acomodar dificuldades comerciais, industriais e financeiras surgidas ao longo do exercício em questão. Os fundos também são depósitos estatutários, sendo eles: a) fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) - da ordem de 5% das receitas operacionais, b) fundo especial, que consome outros 10 % das receitas. Cabe ressaltar que o balanço contabiliza em separado o FATES, advindo das operações com terceiros (não associados).

Finalmente as provisões são depósitos específicos para a materialização de investimentos técnicos, financeiros e sociais de desenvolvimento, reposição de estoques e outros. Neste item é onde ocorreu a maior das destinações anuais do resultado operacional e sua composição pode sofrer variações de acordo com as propostas sugeridas pelo conselho administrativo a cada assembléia geral ordinária dos cooperados. É nesta assembléia que também se decide a porcentagem a ser distribuída a cada cooperado, segundo o montante de sua participação no ciclo de negócios da empresa coletiva.

O patrimônio líquido é um dos itens do balanço, que anualmente é apresentado à assembléia geral dos associados. Segue-se abaixo o Gráfico 2, que apresenta os dados referentes ao patrimônio líquido em valores reais. Ressalta-se que foram inflacionados para níveis de dezembro de 1990, apenas os índices de variação anual, tornando-se então valores reais. A última coluna apresenta os valores anuais do patrimônio líquido em termos reais.

Por sua vez as fontes externas de financiamento das inversões provêm de empréstimos junto a instituições bancárias públicas e privadas. A Tabela 4 apresenta os valores - em termos nominais e reais - do passivo exigível, de curto, médio e longo prazos - que possuem mais de um ano de carência - obtidos pela C.A.C. junto aos bancos na década.

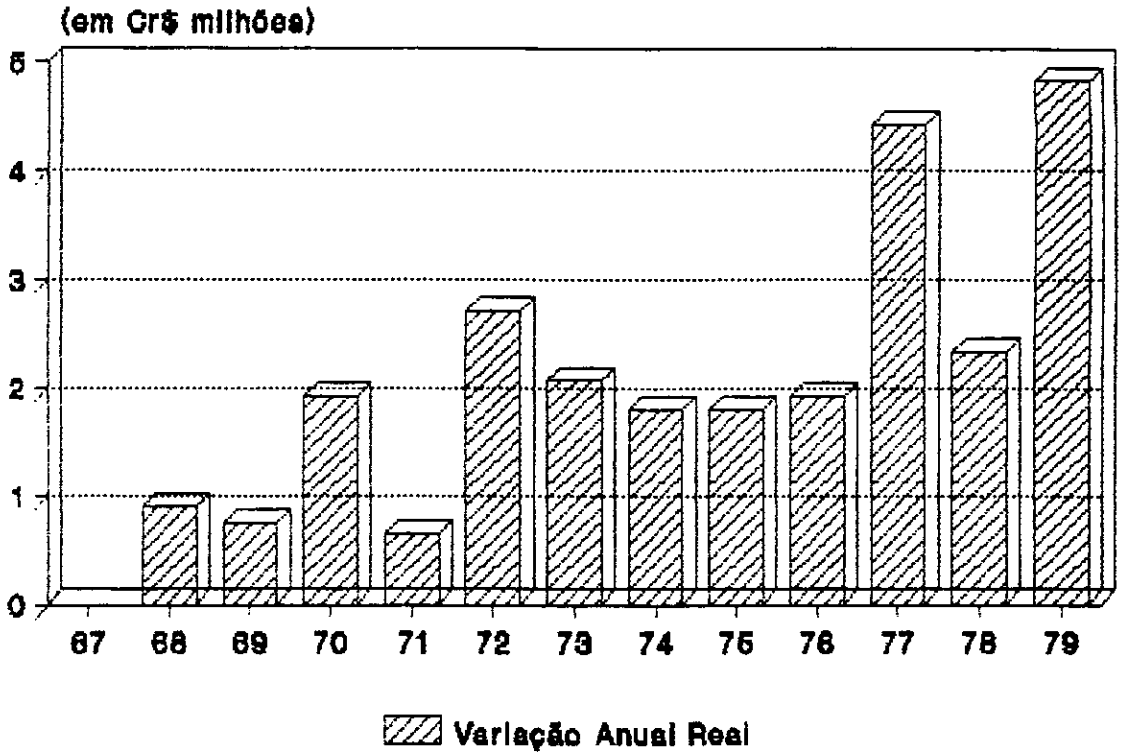

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO ANUAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, 1967-79.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da C.A.C. (ver Anexo 2)

Observando a Tabela 2, vamos notar que, na evolução do exigível de longo-prazo, ela apresenta um salto bastante significativo entre os anos de 1975/76. Cerca de 48% dos empréstimos de longo-prazo concentraram-se nestes dois anos. Todavia, as fontes secundárias consultadas não apontam o porquê desta reorientação da empresa na estratégia de crescimento centrada no endividamento de longo-prazo. Lembrando-se da ambiência macroeconômica (II PNB que fez deslanchar o primeiro fluxo de inversão em modernização tecnológica da agricultura) e do incremento nas taxas de

imobilizações da cooperativa, tudo indica que estas imobilizações foram estimuladas pelas políticas governamentais e pela demanda dos produtores por volumes crescentes de insumos. São, em parte, estes dois fatores os responsáveis pela maior taxa de endividamento da empresa nos anos de 75/76. Entretanto, faltam ainda mediações para a validação completa desta afirmativa.

A partir de 1979, passa a ser demonstrado, ao nível de balanço, os saldos e composição do exigível de longo-prazo assim a Tabela 2 e 2A apontam estes valores.

Tabela 2: evolução das exigibilidades

EVOLUÇÃO DO PASSÍVEL EXIGÍVEL DE CURTO E LONGO PRAZOS DA C.A.C.						
	VALORES NOMINAIS EM $ 1.000			VALORES REAIS EM $ 1.000		
Anos	Curto Prazo	Longo Prazo	Exigível Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Exigível Total
67	105.200	0	105.200	21.034.928	0	21.034.928
68	151.422	0	151.422	24.134.193	0	24.134.193
69	218.829	0	218.829	29.227.079	0	29.227.079
70	219.428	0	219.428	24.569.633	0	24.569.633
71	266.128	0	266.128	24.944.495	0	24.944.495
72	403.843	0	403.843	32.717.475	0	32.717.475
73	590.148	0	590.148	41.369.563	0	41.369.563
74	996.103	48.705	1.044.808	51.897.358	2.537.530	54.434.888
75	937.132	144.355	1.081.486	37.747.621	5.814.598	43.562.219
76	1.056.019	151.507	1.207.525	29.080.768	4.172.210	33.252.978
77	1.973.438	166.643	2.140.081	39.159.700	3.306.762	42.466.462
78	2.292.061	183.730	2.475.792	32.292.812	2.588.574	34.881.386
79	3.360.526	270.480	3.631.006	26.717.400	2.150.414	28.867.814

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Relatório de Serviços Sociais da C.A.C. 1967-1979.

Tabela 2A: Financiamentos de Longo-Prazos Obtidos de Bancos Oficiais e Privados Pela CAC em 1979.

Valores Nominais em $ 1000					
Anos	BNCC	BB	BDMG	BADESP	OUTROS
1979	195.550	24.633	15.388	10.775	54.748

Valores Reais em $ 1000					
Anos	BNCC	BB	BDMG	BADESP	OUTROS
1979	1.554.695	195.845	122.340	85.511	435.270

Fonte: elaborada pelo autor a partir do Relatório de Serviços Sociais da CAC do ano de 1979.

Consultando as informações de balanço, podemos verificar que o empréstimo tomado junto ao BNCC era composto pelos seguintes elementos: a) capital de giro (taxa de juros anuais igual a 15%), b) repasse a associadas (taxa de juros anuais igual a 13%), c) investimento fundiário (taxa de juros anuais igual a 15%), d) programa de assentamento dirigido (taxa de juros anuais iguais a 15%) e, e) investimentos diversos (taxa de juros anuais médio de 25,5%). Realizando o cálculo da taxa de subsídio que cada empréstimo obteve - função da taxa de juros anuais e da inflação - concluímos que dos Cr$ 1.554.695.000 cerca de CR$ 386.780.000 (US$ 2.219.939,16 dólares), em valores reais de dezembro de 1990, foram subsidiados pelo BNCC distribuídos pelos cinco itens de investimento da CAC acima descritos.

Para os demais empréstimos, a única informação disponível no balanço restringe-se à amplitude de variação das taxas de juros anuais cobrados que girou em torno dos 15

à 21%. Assumindo que: 1) todas as parcelas já foram pagas até o presente momento, 2) não houve alterações contratuais no que concerne à cobrança de correção monetária - através dos diversos indexadores que atravessaram a década de 80 - e, 3) os bancos oficiais e privados - estes últimos englobados pela denominação de outros - não apresentaram uma variação significativa da média da taxa de juros anuais cobradas que foi de 18%. Após todas estas suposições, tomamos o valor real agregado dos demais empréstimos e aplicando-se a taxa de 23% de subsídio - obtido a partir da taxa de 18% de juros anuais - temos que a cooperativa recebeu em subsídios cerca de Cr$ 193 milhões, em valores de dezembro de 1990.

Em 1979 o volume de imobilizações foi aproximadamente 2,1 bilhões de cruzeiros a valores de dezembro de 1990. Considerando que a maior parte dos recursos de longo-prazo foram destinados a imobilizações, temos que os empréstimos de longo-prazo foram suficientemente abundantes para financiar o total das imobilizações do ano. Os dados apontam para um volume real de crédito de aproximadamente 2,4 bilhões de cruzeiros, sendo que aproximadamente 580 milhões de cruzeiros não retornaram aos cofres governamentais, consistindo então em subsídios. Cabe ressaltar que o índice imobilizações/patrimônio líquido, não indica endividamento, pelo contrário, capacidade de sustentar as imobilizações, fruto do bom desempenho do patrimônio líquido obtido no ano.

Já a Tabela 3, apresenta a evolução do quociente imobilizações/patrimônio líquido (I/PL.). Por imobilizações devemos lembrar das imobilizações técnicas acrescidas das financeiras. Tal quociente pretende retratar qual a porcentagem dos recursos próprios que está imobilizada ou que não está "em giro". Em um período plenamente operacional tal quociente não deve aproximar-se, muito menos ultrapassar a 1.

Tabela 3: Evolução Quociente Imobilizações/Patrimônio Líquido

ANOS	I/PL.	ANOS	I/PL.
1967	0,72	1974	0,93
68	0,66	75	1,03
69	0,75	76	1,05
70	0,59	77	0,81
71	0,60	78	0,90
72	0,65	79	0,68
73	0,65	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da CAC. 1967-1979.

Para além das análises já esboçadas outras são possíveis a partir de uma observação atenta das tabelas.

Na periodização anterior, baseada apenas nas imobilizações realizadas na década de 70, estabelecemos os seguintes subperíodos: 1967-1971; 1972-1973 e 1974-1979. Nos dois subperíodos iniciais é mantido um padrão de autofinanciamento do investimento (aplicações específicas das fontes de recursos disponíveis). é bastante reveladora a

observação que somente a partir de 1974 é que o exigível de longo-prazo passa a compor um item do balanço. Neste terceiro subperíodo, 1974-1979, o quociente I/PL passa a girar em torno de 1, sem porem afastar-se dele.

Outro fato a ser ressaltado é a desproporcionalidade na composição entre os exigíveis de curto e longo-prazo no total das exigibilidades. Entre 1974 - 1979, exigível de longo prazo perfez apenas 8,7% do total do passivo exigível. Isto demonstra um padrão muito diferenciado no quadro do coperativismo. A C.A.C., ao contrário das cooperativas sulinas, não teve por estratégia um crescimento centrado no endividamento acelerado para o financiamento de sua expansão. O caso COCAMAR, por exemplo, evidência uma expansão do ativo permanente fortemente dependente dos empréstimos tomados junto a terceiros.

A tabela 4 apresenta índices tão fortemente distintos que maiores comentários são desnecessários. A C.A.C. manteve-se em uma estratégia de autofinanciamento de suas imobilizações, apesar das possíveis facilidades do crédito governamental existente no período. Não há dúvida, que esta-se diante de um padrão de capitalização diferenciado, quando comparado com o caso paranaense da COCAMAR.

TABELA 4: Participação dos Empréstimos de Longo-Prazo na Composição do Passivo Exigível Total da CAC e COCAMAR.

Anos	CAC	COCAMAR	Anos	CAC	COCAMAR
1974	4,6%	-	1978	7,4%	90,0%
75	13,3%	-	79	7,4%	96,0%
76	12,5%	-	80	5,5%	77,0%
77	7,8%	78,0%	81	2,9%	100%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da CAC. 1974 - 1981.
As informações da COCAMAR foram extraídas de Delgado 1983:73.

Por outro lado, o maior volume das exigibilidades está concentrada no exigível de curto-prazo. A composição do exigível de curto-prazo perfaz uma série de empréstimos com vencimentos inferiores à um ano. São créditos às cooperativas associadas, cooperados - subdividido em créditos para a produção, contas a pagar, remanescentes de prestação de contas, fundo rotativo e outros créditos - e ainda créditos de terceiros - bancos oficiais, privados e fornecedores. Nos anos de 1973/1974 o exigível de curto prazo apresenta um crescimento bastante expressivo. Isto se deve, em parte, à implantação e início de atividades do Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP).

Em termos de destino dos empréstimos de longo prazo no período de 1974/1979, podemos listar as seguintes imobilizações: a) inaugurações de silos - Guarapuava, São Gotardo, Guaíra, b) diversos depósitos regionais, c) o prédio da C.A.C.- C.C. no Jaguaré e d) agroindustriais abatedouros de Salto, frigorífico de semente de batata em Cotia.

Tendo em vista, por um lado, o volume dos créditos de curto-prazo e, por outro, o aumento significativo em termos de capacidade de armazenamento - que é acrescida em 336 mil sacas - legitima a afirmação que a estratégia de crescimento da cooperativa centrou-se na implantação de projetos de assentamento. Na região Sul através do Núcleo de São Joaquim (baseado na conquista de auto-suficiência nacional na produção de maçãs), e Alto Paranaíba voltado para a produção de grandes culturas.

A inauguração da nova sede administrativa do grupo também aponta para uma maior dinamização para a tomada de decisões, através da centralização e reorganização das divisões produtivas[41].

Para fechar esta análise da empresa, resta abordar três indicadores. O primeiro consiste no resultado operacional do exercício (sobras)/patrimônio líquido (Tabela 5). Este quociente demonstra a evolução da rentabilidade do capital próprio da C.A.C.

Como podemos observar, o grau de retorno ou lucratividade dos recursos próprios investidos pela C.A.C., praticamente é nulo até o ano de 1970. A partir deste ano a obtenção de sobras para cada unidade de recursos próprios

---

41. Em 1966, por força de um Decreto-Lei, a cooperativa viu-se obrigada a se desmembrar. Tal nova regulamentação tornava obrigatória a municipalização das cooperativas não regionais. Em resposta a esta exigência, a C.A.C organizou um sistema denominado "Sistema Cotiano de Cooperativa", integrado atualmente por uma cooperativa central e dez regionais, sete empresas subsidiárias e algumas entidades de fundo social.

investidos apresenta um crescimento bastante animador. No ano de 1975 desvia-se da tendência da década baixando a rentabilidade para 2,5%. Entre os anos de 1976 à 1979 a rentabilidade apresenta o melhor desempenho situando-se no patamar de 17,3% na média.

Tabela 5: Evolução do Quociente Resultado Operacional/Patrim. Líquido.

Anos	Valores Nominais em 1.000		Valores Reais em 1.000		
	Resultado Operacional	Patrimônio Líquido	Resultado Operacional	Patrimônio Líquido	RO/PL
67	59	31.864	11.882	6.371.457	0,18
68	71	37.441	11.337	5.967.485	0,19
69	116	43.014	15.541	5.745.013	0,27
70	443	60.241	49.663	6.745.287	0,73
71	1.443	67.916	135.225	6.365.827	2,12
72	5.684	101.202	460.516	8.198.952	5,62
73	10.499	130.803	736.018	9.169.440	8,03
74	24.012	165.184	1.251.044	8.606.154	14,53
75	5.219	209.767	210.228	8.449.432	2,50
76	28.630	279.368	788.410	7.693.280	10,25
77	87.534	502.156	1.736.982	9.964.467	17,43
78	110.810	668.434	1.561.195	9.417.558	16,58
79	177.372	1.276.692	1.410.172	10.150.165	13,89

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Relatório de Serviço Social da C.A.C. 1967 - 1979.

O ano de 1975 representa uma exceção para o período. A taxa de lucro sofre uma forte redução, que em parte pode ser atribuída aos graves prejuízos causados pela grande geada que atingiu a safra de 1974/1975 inviabilizando a maioria dos cultivos das regiões do Sul e Norte do Paraná, Oeste de São Paulo e Cinturão Verde, que em conjunto,

concentraram, na época, cerca de 70% do conjunto dos associados da empresa. Ressalta-se que, novamente aqui, faltam mediações para fazer uma certeira transposição do desempenho da empresa (micro) para o plano das políticas e do desempenho econômico da agricultura brasileira (macro) nesta questão específica. Em geral, a forte contração das despesas operacionais vincula-se ao comportamento dos volumes e preços dos produtos agropecuários líquidos recebidos pela cooperativa.

O segundo indicador foi elaborado a partir da aplicação da metodologia de análise conjunta de quocientes proposta pelo prof.Stephen C.Kanitz, da Universidade de São Paulo, publicada pela revista Exame de dezembro de 1974. Trata-se de uma abordagem interessante para um estudo e interpretação de alguns quocientes em conjunto.

O Estudo do Prof. Kanitz foi realizado sobre um conjunto de empresas que faliram, conseguindo montar o que denominou de "fator de insolvência". A metodologia proposta pelo autor consiste em relacionar alguns quocientes principais, em análises correntes de balanço, atribuindo a eles pesos (derivados da análise quantitativa realizada na amostra de empresas insolventes) e somando os valores obtidos. Se a soma resultar num valor entre 0 e 7, a empresa estará na faixa de "solvência". Entre 0 e -3 , na de "penumbra" e de -3 à -7, na faixa de "insolvência".

Conforme o artigo o fator de insolvência é subdividido nestes cinco quocientes (Gráfico 3).

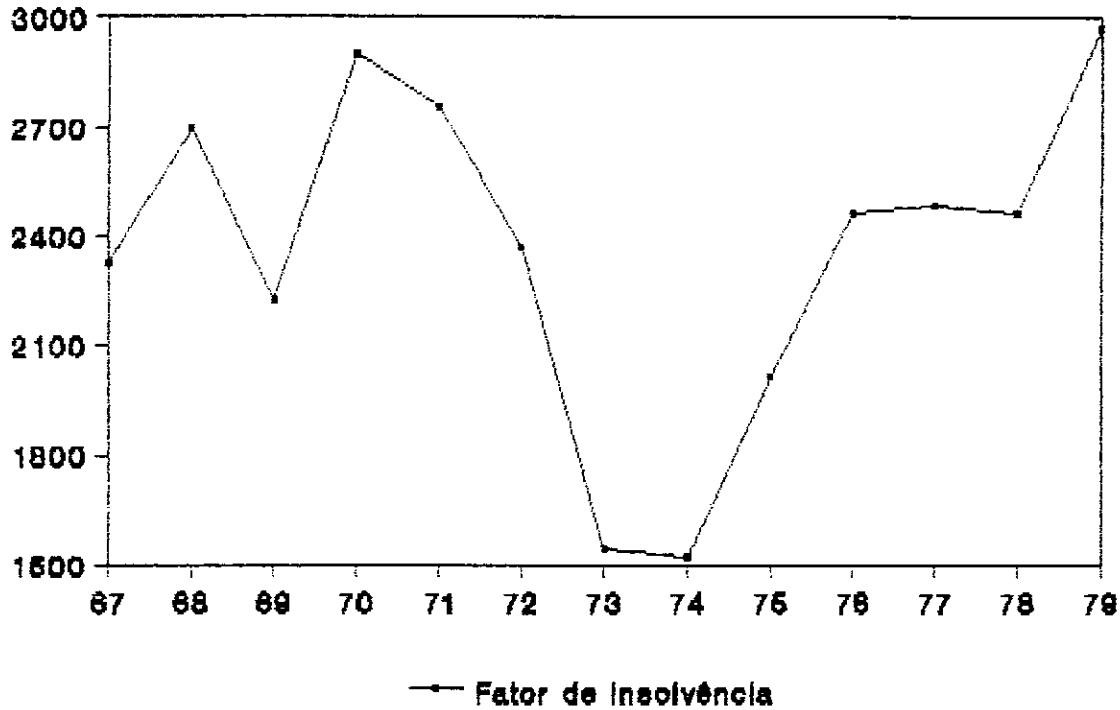

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DO FATOR DE INSOLVÊNCIA DA C.A.C., 1967-79.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da C.A.C. (ver Anexo 3)

a) $X1 = \frac{\text{LUCRO LÍQUIDO}}{\text{PATRIM.LÍQUIDO}} \times 0,05$

b) $X2 = \frac{\text{ATIVO CORRENTE} \pm \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{EXIGÍVEL TOTAL}} \times 1,65$

c) $X3 = \frac{\text{ATIVO CORRENTE} - \text{ESTOQUES}}{\text{PASSIVO CORRENTE}} \times 3,55$

d) $X4 = \frac{\text{ATIVO CORRENTE}}{\text{PASSIVO CORRENTE}} \times 1,06$

e) $X5 = \frac{\text{EXIGÍVEL TOTAL}}{\text{PATRIM.LÍQUIDO}} \times 0,33$

"Fator de insolvência" = X1 + X2 + X3 - X4 - X5

Segundo esta metodologia a empresa manteve-se na faixa de "solvência", bastante distante da zona de "penumbra".

Vale destacar que a queda do "fator de insolvência" entre os anos de 1970-74 deve-se sobretudo ao crescimento do montante das exigibilidade que em conseqüência reflete-se no total do passivo. Ambos representam divisores nos quocientes elaborados pelo prof. Kanitz. A recuperação a partir de 1975, esta ligada ao declínio e estagnação do exigível total, acompanhado pelo não crescimento do patrimônio líquido neste ano.

Em terceiro lugar, passa-se agora a discutir os índices de crescimento global cooperativa para a década de 70. A tabela 6 apresenta a análise do movimento de distribuição e do débito dos cooperados. Dentro do movimento de distribuição estão incluídos a comercialização de itens como: rações para aves, adubos, defensivos, sementes e mudas, gêneros alimentícios e artigos de consumo, máquinas agrícolas e outros equipamentos. Quanto ao débito dos cooperados, este aparece no balanço dentro do passivo exigível(curto prazo).

A cooperativa para fornecer crédito aos seus associados, conta com empréstimos de instituições financeiras governamentais, privadas nacionais e internacionais. Uma vez fornecido o crédito aos cooperados, estes tornam-se devedores da empresa coletiva. Este crédito nas mãos dos agricultores

pode ser utilizado para a aquisição de insumos, onde a cooperativa também desempenha um papel fundamental. Através do quociente débito dos cooperados/movimento de distribuição, que é parte integrante do movimento global, podemos expressar o peso destes empréstimos no giro dos estoques da cooperativa. A idéia de construção deste quociente, surgiu enquanto uma possibilidade de cruzamento da concessão de créditos à agricultura e o consumo de insumos industriais.

Tabela 6: Quociente de Débito dos Cooperados Movimento de Vendas

ANOS	Valores Nominais em 1000		Valores Reais em 1000		
	Débito Coperados	Movimento Distribuição	Débito Cooperados	Movimento Distribuição	Quociente DC/MD
67	67.508	51.094	13.498.512	10.216.512	1,32
68	103.503	55.895	16.496.753	8.908.802	1,85
69	76.328	62.713	10.194.501	8.376.004	1,22
70	75.895	67.757	8.498.060	7.586.764	1,12
71	63.931	91.437	5.992.289	8.570.517	0,70
72	244.648	232.080	19.820.249	18.802.013	1,05
73	249.929	410.332	17.520.107	57.668.527	0,30
74	478.251	776.709	24.917.149	40.466.853	0,62
75	389.227	974.224	15.678.060	39.241.689	0,40
76	455.220	1.316.959	12.535.897	36.266.582	0,35
77	1.064.054	2.044.383	21.114.440	40.567.492	0,52
78	838.302	3.076.525	11.724.883	43.345.104	0,27
79	1.411.727	5.266.867	9.924.639	41.873.510	0,24

Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Relatório de Serviços Sociais da C.A.C., 1967-1979.

No contexto das políticas públicas dirigidas para o setor, o elemento mais importante foi sem dúvida o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Durante esta década, os anos 70, existe um consenso entre os pesquisadores de que este foi o período de maior modernização agrícola e agroindústrial no Centro-Sul, passando a operar em avançada base técnica e num padrão moderno empresarial. Segundo o relatório de estatísticas históricas da FIBGE, a taxa média de crescimento do produto agrícola para a década de 70 foi de 4,4% ao ano (citado por Castro,1990:37).

Preferencialmente, o financiamento mais comum foi de custeio agrícola, que oscilou entre 43 à 50,3% para o período (Munhoz, 1982 - citado por Delgado, 1989), sendo o restante preenchido pelos créditos de investimento e comercialização. Vale ressaltar, que as cooperativas, desempenharam um papel central no repasse destas modalidades de crédito para os agricultores associados.

Um fator extremamente importante na política do SNCR, foi o congelamento da taxa nominal de juros, enquanto que a taxa de inflação oscilava. A Tabela 7 apresenta a taxa de subsídio implícito no crédito agrícola para a década.

Tabela 7: Taxa de Subsídio Implicita no Crédito Agrícola 1970/80. (em %)

ANO	Tx.Nominal de Juros (tx.max.cobradas)	Taxa de Inflação	Tx.Implicita de Subsídio
70	17,0	19,8	2,3
71	17,0	20,2	2,7
72	15,0	17,0	1,7
73	15,0	15,1	zero
74	15,0	28,7	10,6
75	15,0	27,7	9,9
76	15,0	41,3	18,6
77	15,0	42,7	19,4
78	15,0	38,7	17,1
79	38,0	53,9	10,3
80	45,0	100,2	27,6

Nota 7: A taxa se subsídio e dada por (i-r)/100+i), onde i é a taxa de inflação e r a taxa nominal de juros.
Fonte: Delgado (1989).

A hipótese inicial era a de que, a cooperativa, apresentasse um maior volume de vendas e de débito dos cooperados nos anos onde ocorria a incidência de maiores taxas de subsídio implícitos na concessão do crédito rural, dado que se supõe uma maior procura de crédito por parte dos agricultores nos momentos de maiores incidência de subsídios. Todavia, não é isto que verifica ao observar-se a tabela acima. Tome-se por exemplo o ano de 1970, onde o quociente débito dos cooperados/movimento de distribuição foi o mais alto da década sendo que a taxa de subsídio teve por limite inferior 2,3% (a taxa nominal de juros cobrados dos

empréstimos do crèdito rural usado para a montagem da Tabela 6, foi sempre o limite superior). Outro exemplo seria o ano de 1973, onde sem qualquer espécie de subsídio o quociente apurou 30%. A maior taxa de subsídio ocorreu em 1977 - 19,4% - enquanto que o quociente débito dos cooperados/movimento de distribuição atingiu 52%, bastante próximo à média da década que foi de aproximadamente 55,7%, ou seja anualmente a cooperativa fornece um volume de crédito capaz de garantir o "giro" de mais de 1/2 de seu estoque de insumos para a agricultura, gêneros de consumo e alimentícios.

Uma análise mais atenta da tabela mostra-se necessária. é bastante expressivo o movimento de distribuição entre os anos de 1971 à 74, atingindo a média anual de 122% de expansão. Nos anos seguintes, ocorre uma estabilização votando a crescer apenas em 1979. Por outro lado, o débito dos cooperados apresenta um comportamento mais instável. Tal variação, não se correlaciona nem com a incidência de subsídios, nem tão pouco com o desempenho econômico do setor (PIB agrícola).

Uma possível conclusão é retirada do comportamento inverso entre o movimento de distribuição e o débito dos cooperados. O primeiro apresenta um crescimento persistente, enquanto o segundo, ao contrário, queda. Pode-se afirmar que, o movimento de distribuição é "girado" crescentemente através dos recursos próprios dos cooperados e possíveis créditos

individualmente contratados junto à bancos oficiais e privados.

Outra possibilidade pode ter sido uma crescente dificuldade da cooperativa em obter financiamentos para o repasse aos seu associados, obrigando-os a valerem-se de recursos próprios para financiar a produções e as imobilizações de capital.

Não se tem a pretensão de afirmar, que parte importante do movimento de vendas da cooperativa, teve origem nos recursos emprestados pela empresa aos seus associados. Porém, salienta-se que existe um grande consenso entre os pesquisadores de que pelo menos 90% do crédito rural subsidiado, destinou-se à criação de demanda para os segmentos do *agribusiness*, a sobretudo a montante, mas também à jusante das propriedades agrícolas. Assim, crê-se que a analise do quociente DC/MD em termos de alavancagem do uso de insumos pelos agricultores associados permite levantar hipóteses bastante legítimas.

Passando para a ambiência macroeconômica, o elemento de maior peso para a reflexão se refere a análise do período firmemente expansivo da economia brasileira, iniciado em 1967[42], e que alcança seu auge em 1970 - 73. A partir do

---

[42]. Embora suas principais bases tenham sido lançadas anteriormente. Lembrando rapidamente estes elementos temos: a) as reformas monetária, fiscal e de tarifas públicas, que promoveram um onda de reformas no sistema financeiro da época, b)importante programa de incentivo as exportações aliada a um programa de subsídios, c)poiitica de construção de uma faixa da população com aptidão para o consumo de produtos industrializados para um mercado padronizado (de massa).

primeiro choque do petróleo, segue-se uma etapa de desaceleração deste crescimento. Este mesmo choque restringe fortemente a liquidez internacional que progressivamente se torna indisponível e caros os empréstimos necessários para financiar os projetos de modernização dos países (rumo seguido pelas nações latino-americanas que se modernizaram no período).

É conveniente, subdividir o período em duas etapas. A primeira de 1970/73 onde os índices como PIB, produto interno industrial e agrícola apresentam um fantástico desempenho. Verificando a Tabela 8, pode-se constatar que este período apresenta as maiores taxas médias geométricas para os subperíodos da década. O subperíodo seguinte apresenta ainda elevado índice, porém já inferior ao anterior.

Tabela 8: Taxas Médias de Crescimento dos Produtos Agrícola, Industrial e PIB do Brasil (em %).

Período	PIB	Prod.Ind.	Prod.Agrícola
1970-73	11,2	10,2	4,9
1974-79	7,0	7,5	4,1

Fonte: FIBGE, Estatísticas Históricas.

A hipótese, ao apresentar os dados do produto agrícola em cada subperíodo, era a de que os distintos desempenhos fossem assemelhados. Todavia, a comparação entre os diferentes índices e períodos mostrou-se frágil. Somente

para registrar; no período de 1970 - 72 a expansão do movimento global foi positiva e somou 2,7% ao ano. Entre 1973/74 houve um forte crescimento de 31,3% (lembrar que o produto agrícola registrou crescimento de apenas 0,5%) e, finalmente 1975-79, onde verificamos um crescimento de 4,5% ao ano, aqui sim bastante semelhante ao desempenho do produto agrícola de 4,7%. O entrecruzamento destes índices necessita de ser mediado com informações e dados secundários, sobretudo em termos do desempenho dos principais produtos agropecuários comercializados na pauta da CAC.

Tabela 9: Movimento Global da C.A.C. 1970/80 (em Cr$1.000).

Ano	Valores Nominais	Valores Reais	Variação Anual(%)
69	432.460	62.504.386	zero
70	462.822	56.007.465	-10,4
71	517.181	52.017.005	-7,1
72	762.956	65.403.885	25,7
73	1.270.216	94.764.713	44,9
74	1.926.784	111.700.121	17,8
75	2.390.795	108.382.684	-2,9
76	3.714.311	119.224.346	10,0
77	5.235.931	117.812.146	-1,2
78	7.960.860	129.103.014	9,6
79	13.085.110	137.897.204	-6,8

Fonte: Relatório de Serviços Sociais da C.A.C. 1969 -79.

3. Desempenho econômico da CAC e a conjuntura nos anos 80.

O acompanhamento do ítem anterior, permite uma simplificação na apresentação desse item, que consiste na década de 80. Assim, como para a década anterior, inicia-se a

apresentação do desempenho econômico da cooperativa através do Gráfico 4 demonstrativos da evolução do ativo permanente. é valioso lembrar que os valores reais remontam aos níveis de dezembro de 1990, inflacionados através do IGP-DI/FGV.

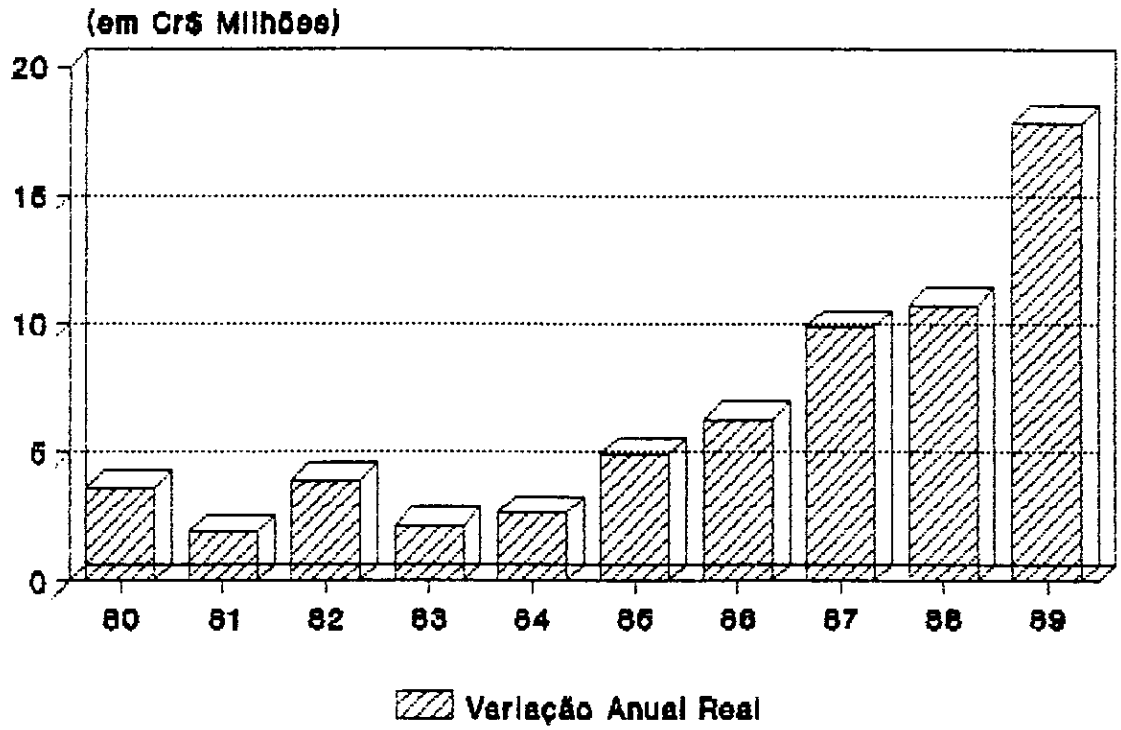

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO ANUAL DO ATIVO PERMANENTE, 1980-89.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da C.A.C. (ver Anexo 1)

O primeiro período de imobilizações anuais da C.A.C. da década é englobado pelos anos de 1980-83, onde a partir do primeiro ano do período e contrariando a tendência macroeconômica que indicava a instalação de uma recessão, a cooperativa realiza imobilizações da ordem de 71% acima daquela que foi efetuada no último ano da década anterior. No ano de 1981, ocorre uma forte diminuição no patamar de

imobilizações anuais da empresa retornando àqueles observados no último subperíodo da década anterior. É singular o fato de que em 1981, o desempenho econômico brasileiro apresenta um crescimento negativo do PIB da ordem de -3,1%.

No ano de 1982, o patamar de imobilizações anuais amplia-se, totalizando valores próximos aos Cr$4,0 bilhões. Tal é semelhante ao limite máximo de imobilizações anuais efetuadas na década anterior, que ocorre no ano de 1974, onde o grande consumo de recursos da empresa, esteve vinculado fundamentalmente às necessidades de investimento dos projetos de colonização.

Um segundo subperíodo compreende os anos de 1983/1984, onde as imobilizações sofrem uma forte diminuição. Os níveis de imobilizações anuais, retornam aos patamares observados no segundo subperíodo da década anterior. Pensando exclusivamente nas imobilizações, tudo indica que este subperíodo representa uma desaceleração do crescimento da empresa, sendo possivelmente um reflexo da severa crise econômica pela qual passou o país nos anos de 1981,82 e 83[43]. Ao final de 1983, o Brasil já apresentava sinais de recuperação, mas por sua vez, a cooperativa não apresenta um desempenho favorável das imobilizações anuais. Para construir uma hipótese explicativa deste comportamento deve-se

---

[43]. Na verdade, todo o planeta caiu em recessão sob o peso das taxas de juros internacionais de dois dígitos ao início da década dos 80.

considerar que, na década de 1980, a cooperativa passa a investir pesadamente em equipamentos industriais, tanto para a produção de insumos para a agricultura, como para o beneficiamento e transformação da produção agrícola. Assim, nesta década, o comportamento da empresa passa a refletir mais aquilo que transcorre com o desempenho industrial.

O terceiro subperíodo abrange 1985/86, que representam um reaquecimento nos níveis de imobilizações anuais. A partir deste subperíodo, e por todo o resto da década, vamos notar um crescimento firmemente sustentado das imobilizações anuais. A média aritmética dos anos alcança o patamar de Cr$ 5,59 bilhões. Mais sugestivo ainda é a comparação com o que se observa no subperíodo anterior. Em 1983/84 teve-se uma média de investimentos anuais da ordem de Cr$2,37 bilhões, (exatos 42,4%) da média de imobilizações anuais do subperíodo seguinte.

Finalmente o quarto e último subperíodo, que preenche os três anos finais da década, 1987-1989. Nestes anos o volume de imobilizações anuais cresce significativamente, alcançando em 1987 níveis de 57% superiores ao do ano imediatamente anterior. Considerando a ambiência macroeconômica, tal crescimento analizado exclusivamente pela evolução anual do ativo permanente, temos um crescimento virtualmente explosivo. Em 1988, ocorre uma

relativa estabilização do investimento[44] e atinge 1989 com um reerguimento da taxa de investimentos anuais a níveis de 65% superiores à 1988.

É interessante após esta periodização, que demarcou quatro períodos: 1980-82; 1983/84; 1985/86; 1987-89, listar quais as respectivas imobilizações principais.

Para o primeiro subperíodo temos os seguintes investimentos: 3 depósitos regionais, 1 armazém de batata e cebola em Sorocaba/SP, 1 sistema de irrigação por gotejamento em Pirapora/BA, 1 fábrica de adubos em Mogi das Cruzes/SP, a unidade de processamento de ovos - ovo líquido - no bairro do Jaguaré/SP, e ainda, uma colônia de férias em Caraguatatuba/SP.

Para o segundo período constatamos os seguintes investimentos: depósito regional de Curitibanos/PR, armazém frigorífico de batata semente em Canoinhas, instalação da unidade de adubos de Santos, introdução do 1º pivot-central no PADAP, e outros investimentos menos expressivos em termos de drenagem de recursos como casas de vegetação e sacolões.

No terceiro período temos: início das obras da indústria de batata *french-fried*, início de funcionamento dos novos equipamentos da coligada IPARSA (ligada ao complexo da soja), inauguração da fábrica de adubos de Aratú, início das

---

[44]. Melhor dizendo, o crescimento anual foi de apenas 9% superior ao do ano anterior.

obras do centro de treinamento da Coopercotia, inauguração de mais um supermercado Casa-Abelha em Vargem Grande/SP.

Finalmente o último subperíodo evidencia que fortes investimentos são realizados, sendo o mais importante o início de obras e inauguração da indústria de fiação de Assaí/PR. São inaugurados dois silos - Barreiras/MG e Dourados/MS e a escola técnica agrícola de Jacareí, respondendo pelo surto explosivo de crescimento das imobilizações neste subperíodo final da década.

Finda a análise dos investimentos anuais, novamente nos voltamos para a apresentação e análise das fontes externas de financiamento que permitiram, em parte, as imobilizações. O Gráfico 5, apresenta a evolução anual real do patrimônio líquido da cooperativa. Mais uma vez, lembrar que o patrimônio líquido, no caso específico da C.A.C. é composto pelo somatório das contas de capital, reservas, fundos e provisões, estatutários ou não.

Por outro lado, as imobilizações somente se concretizam quando o patrimônio líquido é incrementado pelos empréstimos, sobretudo de longo-prazo. A Tabela 10 apresenta a evolução nominal e real das exigibilidades de curto e longo-prazos obtidos pela C.A.C., junto aos bancos na década.

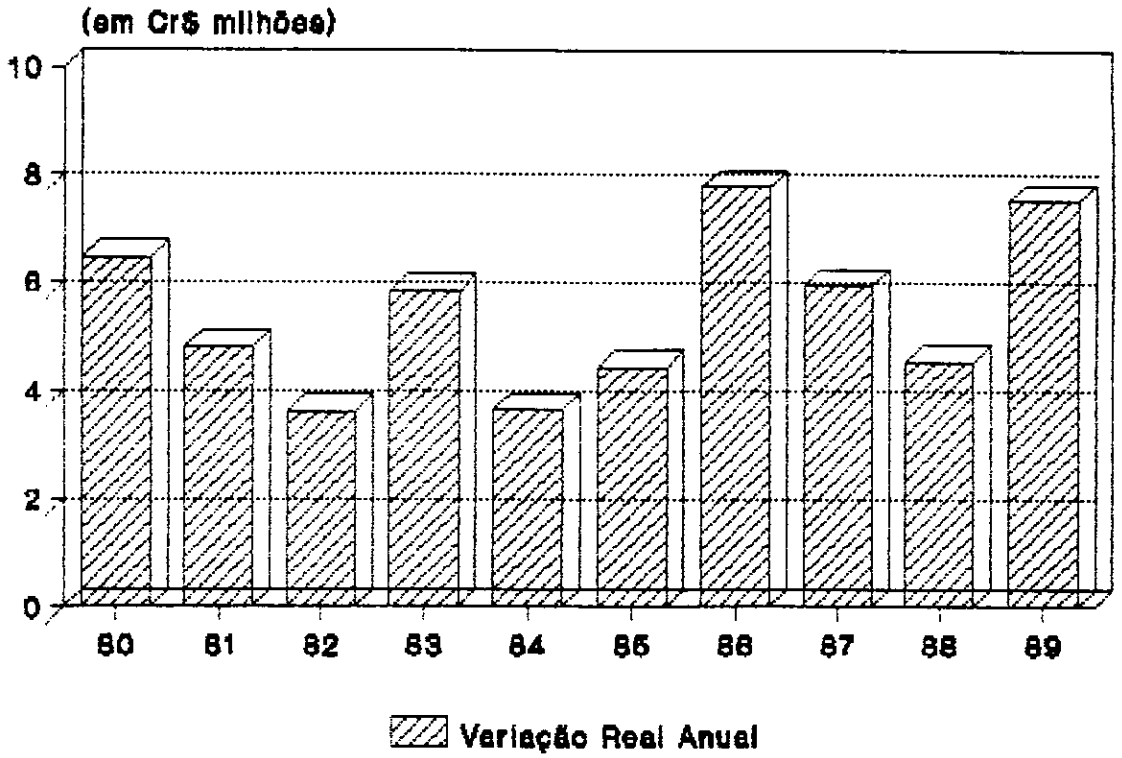

GRÁFICO 5 - VARIAÇÃO ANUAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO, 1980-89.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da C.A.C. (ver Anexo 2)

Tabela 10: Evolução do Passível Exigível de Curto e Longo Prazos da C.A.C. (em Cr$1.000)

Anos	VALORES NOMINAIS			VALORES REAIS		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Exigível Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Exigível Total
80	6.816.898	394.214	7.211.112	25.778.913	1.490.767	27.269.680
81	13.586.992	402.374	13.989.366	26.325.018	779.607	27.104.625
82	34.106.037	874.706	34.980.743	33.089.299	848.630	33.937.929
83	104.111.640	16.455.222	120.566.862	32.476.837	5.256.196	37.733.032
84	414.652.972	48.181.311	462.834.583	39.934.271	4.640.231	44.574.502
85	1.692.934.492	89.397.198	1.782.331.690	48.668.996	2.570.017	51.239.013
86	3.279.394	206.210	3.485.604	57.122.434	3.591.892	60.714.326
87	14.105.903	1.057.266	15.163.169	47.630.670	3.570.016	51.200.686
88	179.476.711	27.921.763	207.398.475	53.277.210	8.288.505	61.565.715
89	3.440.091	744.559	4.184.649	54.234.998	11.738.392	65.973.391

Fonte: elaborado pelo autor a partir dos Relatório de Serviços Sociais da C.A.C. 1980 - 1989.

Finalmente, apresenta-se o quociente imobilizações anuais dividido pelo crescimento anual do patrimônio líquido. O quociente procura retratar o peso dos recursos próprios no financiamento de cada unidade do ativo imobilizado (Tabela 11).

Tabela 11: Quociente de Imobilizações/Patrimônio Líquido

Ano	I/PL.	Ano	I/PL.
80	0,61	85	0,96
81	0,51	86	0,86
82	0,74	87	1,44
83	0,49	88	2,23
84	0,62	89	2,36

Fonte: elaborado pelo autor a partir do Relatório de Serviços Sociais da C.A.C. 1980 - 1989.

O conjunto de tabelas permitem algumas observações.

Primeiramente, nota-se que o patrimônio líquido apresenta um comportamento relativamente estável ano a ano. O melhor desempenho foi alcançado no ano de 1986. Para poder formular uma hipótese a respeito deste desempenho é importante trazer outros índices, para em conjunto esboçar razões explicativas.

Em 1986, o exigível total tem um crescimento muito significativo, da ordem de 18% frente ao ano anterior, o que aponta para um movimento dos associados e da empresa em busca de crédito. O índice I/PL para 1986 indica autofinanciamento das imobilizações, uma vez que o valor ficou em 0,86, abaixo de 1, apesar da expansão do exigível total.

Assim, supõe-se que o formidável resultado do patrimônio líquido, ocorrido no ano de 1986, se deve ao incremento no fluxo dos negócios (de consumo, produção e financiamento) da cooperativa. Tal afirmação vincula-se diretamente aos indicadores expostos. Mais à frente analisar-se-á o desempenho do movimento global, onde então teremos uma validação final desta hipótese. Para 1989, a razão explicativa para a súbita elevação do patrimônio líquido pode estar ligada a dois tipos de fatores: 1) a maturação dos investimentos agroindustriais (usina de pasteurização de ovos, usina de fiação, fábrica de rações, unidades produtoras de fertilizantes) e, 2) o melhor desempenho de alguns produtos agrícolas tanto no mercado interno como no internacional. Não se tem segurança para apontar este segundo elemento, pois a análise do desempenho dos principais culturas negociadas pela empresa não aparece nos balanços, mas o saldo na balança comercial com o exterior apresenta no ano de 1989 um valor positivo da ordem de US$15 milhões (Gráfico 7), o que indica bons preços e/ou grandes volumes comercializados, e assim, incrementos reais no patrimônio líquido. Uma confirmação somente seria possível com um quadro da produção agregada das diferentes regiões como ainda dos preços médios alcançados por cada cultivo.

Quanto as exigibilidade, observa-se que para o terceiro período 1985/86 - segundo o montante de

investimentos anuais - as exigibilidades de curto-prazo apresentaram um crescimento real da ordem de Cr$ 8,6 bilhões anuais. É sem dúvida, o período de maior crescimento do passivo exigível de curto prazo. Quanto ao de longo-prazo, podemos afirmar que o último período consome cerca de 40,4% do total de empréstimos financeiros tomados pela C.A.C., refletindo no período de maior crescimento agroindustrial da cooperativa, onde necessariamente se recorre ao crédito.

Por sua vez, através da análise dos empréstimos de longo-prazo, verificamos que o BNCC foi a entidade preferencial de obtenção de recursos subsidiados (Tabela 12). Sob a designação de outros encontramos bancos oficiais e privados. Restringindo-se ao BNCC, os apontamentos dos balanços da CAC indicam que foram usuais as taxas de juros de 13% para os empréstimos destinados ao repasse à cooperativas associadas, 15% para os empréstimos de capital de giro, investimento fundiário e programa de assentamento dirigido, 18 à 30% (tx média de 24%) para os empréstimos destinados à "investimentos diversos" e finalmente de 29% para a construção da unidade armazenadora.

Pelos números destacados na Tabela, observamos que cerca de Cr$ 1,940 bilhões foram repassados pelo BNCC à CAC, deste total nos três anos estudados, cerca de Cr$ 789 milhões foram subsidiados, correspondendo à 41% de subsídio.

Tabela 12: Evolução dos Financiamentos de longo-Prazos Obtidos em Banco Oficiais e Privados pela CAC. 1980-82

	VALORES NOMINAIS EM $ 1.00		VALORES REAIS EM $ 1.000	
ANOS	BNCC	OUTROS	BNCC	OUTROS
80	253.179	155.769	957.428	570.152
81	250.195	232.583	484.756	450.634
82	514.228	423.823	498.898	438.189
TOTAL	1.017.602	812.175	1.941.082	1.458.975

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatorios de Serviços Sociais da CAC 1980-82.

Considerando que os demais bancos não apresentaram variações significativas para aquilo que calculamos nos empréstimos do BNCC, temos um volume total real de Cr$ 1,459 bilhões que multiplicado pela taxa de 41% (média trianual de subsídio concedido pelo BNCC), obtem-se um montante de Cr$569 milhões (Ver Anexo 5).

Comparando o desempenho das imobilizações com os recursos de longo-prazo,temos: 1) entre 80-82 ocorreram imobilizações de Cr$9,412 bilhões, 2) no mesmo período tivemos Cr$3,372 bilhões de empréstimos de longo-prazos subsidiados em aproximadamente Cr$1,314 bilhões. Portanto, considerando que o maior volume de crédito de longo-prazo destinou-se às custosas imobilizações, temos que apenas 36% da demanda de recursos para imobilizações provieram dos empréstimos de longo-prazo, e menos de 15% foram subsidiados quer por bancos oficiais, quer pelos privados.

A partir de 1983, passa a ser cobrada a correção plena dos empréstimos, indexados por algum dos possíveis índices oficiais que mudaram durante a década (ORTN,OTN,BTN...).

Finalmente o quociente imobilizações/patrimônio líquido mostra a relação entre o cruzeiro gasto com imobilizações frente ao cruzeiro disponível no patrimônio líquido. Quando esta relação se distância do valor unitário, ocorre necessariamente endividamento para o financiamento das imobilizações.

Em 1980-82, o quociente se mantém em nível bastante satisfatório, girando em torno de 0,52; em 1983/84 que pouco oscilou face aquele verificado anteriormente atingindo o valor de 0,55; já para 1985/86 tem-se um reaquecimento das imobilizações e o quociente se eleva para a média de 0,91. Finalmente, o subperíodo de 1987-89, onde os níveis da relação I/P.L. elevam-se indicando endividamento da empresa. Neste período final da década a média foi de 2,01, fortemente distinto daquelas observadas durante toda a década passada e meados desta. Para os anos 70 temos uma média do quociente em torno de 0,79 e entre os anos de 1980/84 a média de 0,58, enquanto para 1985-89 o valor salta para 1,46.

A Tabela 13, aponta a evolução do quociente entre o resultado operacional dividido pelo patrimônio líquido. Tal

relação revela a taxa de retorno do capital próprio da cooperativa.

Tabela 13: Quociente Resultado Operacional/ Patrimônio Líquido

Ano	Valores nominais em 1000		Valores reais em 1000		RO/PL
	Resultado Operacional	Patrimônio Líquido	Resultado Operacional	Patrimônio Líquido	
80	438.135	2.986.609	2.305.818	11.249.217	0,20
81	466.811	5.471.124	1.170.582	10.600.391	0,11
82	673.523	9.202.836	859.454	8.928.490	0,10
83	2.849.865	27.839.968	1.436.794	8.684.467	0,16
84	14.719.214	65.733.397	2.313.935	6.330.632	0,36
85	52.001.107	220.611.857	2.511.469	6.342.216	0,39
86	69.408	666.825	1.383.777	11.615.628	0,12
87	277.463	2.425.410	1.702.859	8.189.756	0,21
88	199.987	17.777.954	156.436	5.277.341	0,03
89	5.566	493.904	306.640	7.786.675	0,04

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da C.A.C. 1980 - 89

Percebe-se que melhor relação foi alcançada nos anos de 1984-85, onde a taxa de retorno ficou em torno de 37,5%. Nos anos de 1988/89 a taxa de retorno ficou muito próxima de zero, o que pode significar um enxugamento dos recursos internos disponíveis para financiar as pesadas imobilizações do período.

Quanto aos dados de solvência na década de 80,segue-se a apresentação do Gráfico 6.

Analisando a tendência, verifica-se que a cooperativa se mantém com índices bastantes razoáveis de

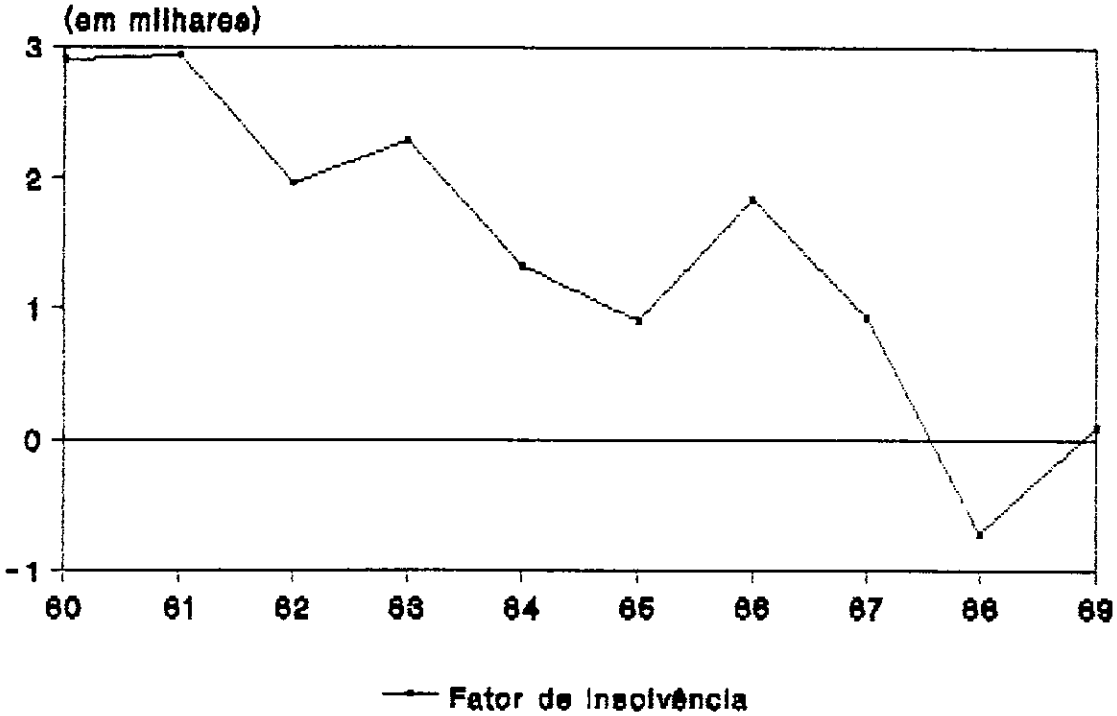

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO FATOR DE INSOLVÊNCIA, 1980-89.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da C.A.C. (ver Anexo 3)

solvência até o ano de 1985, apesar do persistente declínio no "fator de insolvência". Em 1986 o fator se eleva, função do bom desempenho do patrimônio líquido. A partir de 1987 o fator volta a apresentar queda, adentrando para a "zona de penumbra" em 1988 onde surge o primeiro valor inferior a zero, porém superior a -3. Para 1989 o valor do fator torna-se novamente positivo, sem distanciar-se significativamente do zero, indicando numa análise isolada deste fator, condições de solvência crescentemente prejudicadas e desencadeadoras de medidas administrativas drásticas para melhorar a posição de liquidez da empresa.

Antes de encerrar a apresentação dos dados, tem-se ainda dois quocientes a serem discutidos. O primeiro é o comportamento da relação débito dos cooperados/movimento de distribuição (Tabela 14).

Tabela 14: Débito dos Cooperados/Movimento de Vendas.

(em Cr$1.000)

Anos	Valores Nominais		Valores Reais		
	D.C.	M.D.	D.C.	M.D.	DC/MD
80	2.779.394	11.968.095	14.627.404	62.985.732	0,23
81	5.004.666	22.608.938	12.549.771	56.694.490	0,22
82	10.778.769	45.406.907	13.754.324	57.941.804	0,24
83	33.823.018	142.787.606	17.052.287	71.988.111	0,24
84	231.381.452	461.945.314	36.374.334	72.620.138	0,50
85	656.583.297	1.494.901.797	31.710.640	72.198.444	0,44
86	1.406.680	3.808.261	28.044.781	75.924.764	0,37
87	6.209.932	12.446.015	38.111.899	76.384.294	0,50
88	101.773.134	94.715.387	79.609.923	74.089.147	1,07
89	1.932.135	1.195.260	106.444.57	65.848.891	1,62

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da CAC 1980-89.

Conforme demonstra o quadro, o débito dos cooperados permanece estável entre 1980-83, ocorrendo o mesmo com o movimento de distribuição. O quociente não varia significativamente do valor de 0,23, ou seja, aproximadamente 1/5 do giro dos estoques da empresa é garantido através do endividamento dos cooperados junto a empresa coletiva. Em 1984 ocorre um forte crescimento do débito dos cooperados, com manutenção do volume do movimento de distribuição

acarretando uma elevação do quociente para 0,50. Entre 1984-87 o débito dos cooperados e movimento de distribuição novamente se estabiliza. A média do quociente para este período é de 0,45. Para os dois últimos anos deste período, verifica-se uma situação insólita. Por um lado, eleva-se muito o movimento dos cooperados em busca de crédito. Ocorre um salto de 108% entre os anos de 86/87 e de 33% entre 88/89. Uma das possíveis hipóteses para esta "corrida" ao crédito, sem uma resposta no nível de consumo de insumos para a agricultura (movimento de distribuição), pode ser devido às dificuldades enfrentadas pelos agricultores após o recebimento de baixos preços dos produtos das grandes culturas, como foi o caso de soja e a quebra de do café. Em parte, a cooperativa "saneou" a ameaça de crise financeira que se abatia sobre os produtores.

Finalmente, analisar-se o comportamento do saldo da balança comercial da C.A.C. nos anos 80. O Gráfico 7 apresenta os movimentos de exportação e importação. A exceção do ano de 1986, todos os demais tiveram um resultado positivo no saldo do comércio internacional. Durante a década, a cooperativa acumulou um saldo de US$ 132 milhões. Deste total, US$ 40 milhões foram acumulados apenas no movimento operacional de 1984.

Na questão do comércio internacional, não são necessárias maiores mediações para validar a hipótese de que

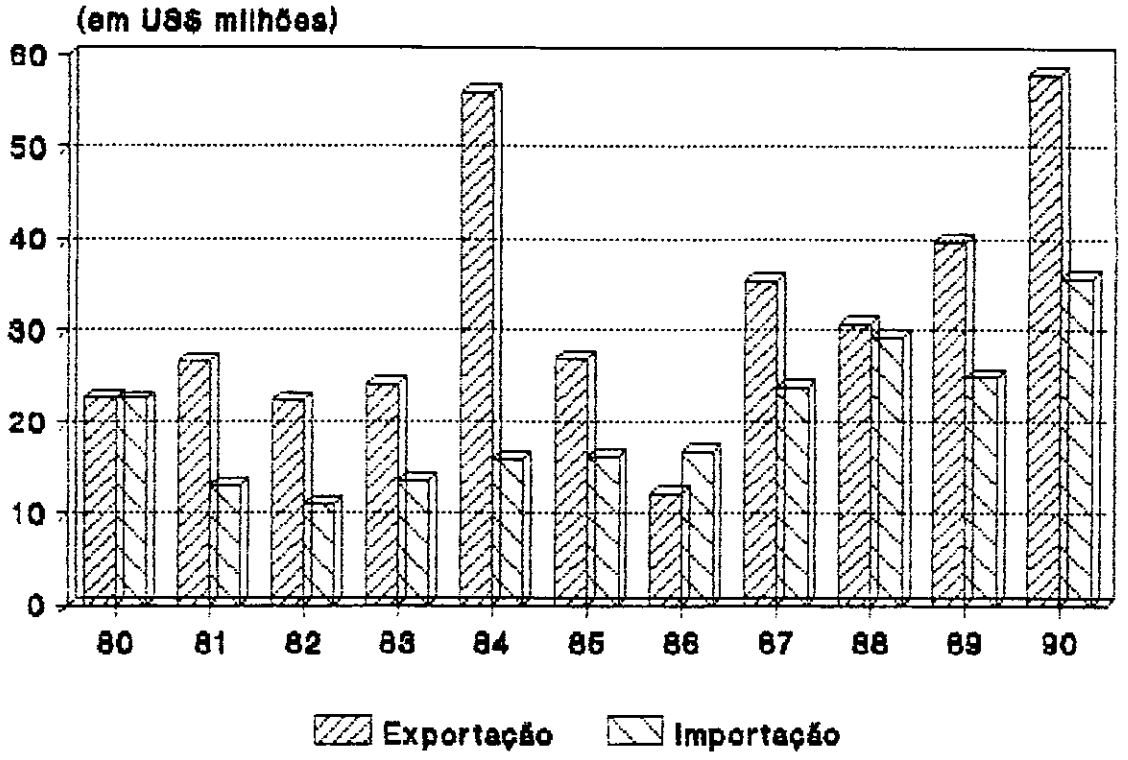

GRÁFICO 7 - SALDO DA BALANÇA COMERCIAL DA C.A.C., 1980-90.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Social da CAC. (ver anexo 5)

crescentemente a empresa integra-se ao mercado mundial, tanto pelo lado das importações como, e principalmente, pelo lado das exportações. Apesar das dificuldades e enormes limitações para a comercialização de gêneros frescos (frutas e verduras), a cooperativa volta-se a este mercado como resposta estratégica frente às instabilidades do mercado interno e à baixa capacidade de consumo dos produtos finos de mesa (frutas) das famílias brasileiras, apesar de todas alterações verificadas nos padrões de consumo nos últimos anos.

Como já fizemos para a década anterior, são ilustrativos os dados do PBI para a década comparados com o movimento global da cooperativa, que é seguramente o melhor indicador de crescimento e capitalização no curto prazo. A Tabela 15 apresenta o desempenho econômico brasileiro para a década.

Tabela 15: Taxas Médias Geométricas Anuais de Crescimento.

(em %)

ANO	PIB/TOTAL	PIB/INDUSTRIAL	PIB/AGRÍCOLA
80	9,1	9,2	9,6
81	-3,1	-9,2	8,2
82	1,1	-0,1	-0,4
83	-2,8	-6,6	-0,3
84	5,7	6,1	3,0
85	8,4	9,0	10,1
86	8,0	12,1	-7,8
87	2,9	0,2	14,0
88	-0,1	-2,6	0,5

Fonte: Delgado 1989:30.

Comparativamente, as taxas de crescimento da C.A.C., mensuradas a partir do indicador de movimento global foram:

Tabela 16 - Movimento Global da C.A.C. 1980-89 (em Cr$1.000)

Ano	Valores Nominais	Valores Reais	Variação Anual(%)
80	29.490.754	155.204.044	12,5
81	58.273.108	146.126.463	-5,8
82	118.312.854	150.973.951	3,3
83	363.512.357	183.269.184	21,4
84	1.219.639.132	191.733.437	4,6
85	4.188.500.677	202.289.697	5,5
86	10.315.109	205.650.878	1,4
87	30.490.446	187.127.462	-9,0
88	227.338.793	177.831.056	-5,0
89	3.017.015	166.212.449	-6,5

Elaborada pelo autor a partir dos Relatórios de Serviços Sociais da C.A.C. 1980 - 89.

Até o ano de 1986, a exceção de 1981, verifica-se um crescimento persistente nos coeficientes reais do movimento global da cooperativa. A média do período 80-86 é de 6,1%. Tal taxa é bastante significativa, o que mais uma vez comprova que no contexto dos complexos agroindustriais, os anos 80 foram favoráveis à expansão econômica dos diferentes grupos.

Os três últimos anos da década, ao contrário do subperíodo anterior, evidência uma queda significativa, onde o crescimento foi negativo em 6,8%. Tal comportamento no movimento global reflete-se imediatamente sobre os índices do resultado operacional/patrimônio líquido (taxa de rentabilidade do capital), que em 1987 era da ordem de 21% baixando para 3% e 4% nos anos de 1988/89 respectivamente.

Aqui constata-se, por um lado, o grave contexto recessivo que atinge a economia brasileira nestes anos finais da década e, por outro, o impacto desestabilizador dos sucessivos choques ao fluxo de negócios e à sua previsibilidade (choques, tarifaços, congelamento e tablitas). Sem aderir a vaga liberalizante e, a julgar pelos resultados observados, acredita-se que a modalidade de intervenção governamental no Brasil tem produzido mais seqüelas que resultados operacionais favoráveis.

As observações do desempenho da CAC nos anos 80 aqui computadas, corrobora a hipótese de Rezende (1990). O

autor percebeu um comportamento contra tendencial da agricultura face ao ciclo econômico[45]. Apesar da recessão pela qual passou o país nos anos de 1980/81/82 e 83, a agricultura manteve a taxa histórica de crescimento da década anterior. Nem mesmo a contração de liquidez foi capaz de paralizar os investimentos em gastos correntes na agricultura, afetando a área cultivada.

A CAC não deixa de crescer nos anos recessivos do início da década, porém a estagnação dos negócios surge em 88 e 89.

Em parte, temos que "a rentabilidade relativa da agricultura é afetada de forma crucial por variáveis que por serem exógenas à economia brasileira, não guardam qualquer relação com o ciclo doméstico, os preços externos das commodities agrícolas e do petróleo...assim, a acumulação de capital na agricultura tanto pode ser anti-cíclica como pró-cíclica, dependendo da atuação da variáveis externas acima apontadas (Rezende 1990a:33)".

Outra parte significativa da manutenção do crescimento da agricultura nos anos 80 se deu devido a uma dinamização, para alguns produtos, do mercado interno. Aves, ovos, laticínios, frutas e verduras são segmentos que mostraram forte encadeamento com a demanda, garantindo

---

[45] Rezende (1990 a e b) acredita que o comportamento da agricultura é pró-cíclico, mas para a década de 80 isto não foi observado.

parcialmente os índices de crescimento do produto agrícola da década.

Esta polaridade entre mercado externo e mercado interno impõe-se sobre a decisão dos produtores rurais. Durante os anos 80, Rezende(1990a:33) percebe uma compatibilização tendo em vista as políticas implementadas. Por um lado a taxa de câmbio desvalorizada e a política de preços mínimos, por outro, foram os elementos de compensação.

Atuando em ambos mercados com competência, á CAC pode manter seu crescimento, apesar da economia como um todo entrar num contexto de redução da capacidade produtiva.